



PUBLICAÇÕES: ESTUDOS EM COMÉRCIO EXTERIOR

ALCA E MERCOSUL FATOS E VISÕES

Curso de Pós-Graduação
Lato Sensu em Comércio Exterior
MBA/E ECEX-UFRJ

ALCA E MERCOSUL: FATOS E VISÕES

Reinaldo Gonçalves

Doutor em Economia e professor titular da UFRJ

INTRODUÇÃO

A formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) talvez permaneça como um tema central da agenda de política externa do Brasil no futuro próximo. O interesse futuro dos EUA -- o principal promotor da Alca -- estará positivamente relacionado com a continuação do crescimento das importações dos países da América do Sul. O interesse norte-americano na Alca pode diminuir no caso de um cenário para a América do Sul marcado por fortes desequilíbrios nas contas externas e restrições ao comércio exterior. Por outro lado, o processo de formação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) estará condicionado, em grande medida, pela evolução das contas externas dos países-membros desse acordo subregional de integração econômica.

Esse artigo apresenta uma avaliação do projeto de formação da Alca e da evolução recente do Mercosul. Na seção 1, que segue essa introdução, faz-se uma discussão a respeito dos antecedentes da Alca e das motivações para as atuais negociações. A seção 2 examina a situação atual e dos novos objetivos do Mercosul.

A agenda de política externa do Brasil deverá continuar marcada pelas pressões para formação de esquemas de livre comércio como a Alca e pelas negociações com relação ao processo de formação do Mercosul. No contexto prospectivo, cabe, então, discutir a reorientação de política externa necessária para uma inserção internacional ativa do Brasil. Esse é o tema da última seção desse trabalho.

1. ALCA

A formação de uma Alca tornou-se um tema candente das relações internacionais. Várias reuniões em nível ministerial estão previstas para tratar desse tema. Que principais fatos econômicos são determinantes na formação da Alca na ótica do Brasil?; Quais são os antecedentes da Alca?; e, Quais as motivações para as atuais negociações?

1.1. FATOS

Contrariamente a muitos países latino-americanos, o Brasil é um "comerciante global", isto é, os seus fluxos de comércio exterior têm uma significativa dispersão no que se refere tanto a destino quanto a origem. Os dados sobre as exportações brasileiras na TABELA 1 mostram que cerca de um-quinco das nossas vendas de bens no exterior em 1996 foram para a América do Norte, e a América do Sul também absorveu cerca de um-quinco das nossas exportações. A Europa foi destino para cerca de um-terço das exportações brasileiras.

Considerando um período de longo prazo (1990-96) há duas características importantes a destacar. A primeira é o aumento da importância relativa da América do Sul, principalmente, o crescimento das

exportações para os países do Mercosul, com destaque para a Argentina. Entre 1990 e 1996, a participação da Argentina nas exportações brasileiras aumentou de 2.1% para 10.8%. Esse fato decorre tanto do crescimento extraordinário das importações Argentinas quanto do tratamento preferencial recebido pelos produtos brasileiros no âmbito dos acordos comerciais iniciados em 1986 e estendidos em 1991 com a criação do Mercosul.

A segunda característica é a perda da participação relativa do mercado norte-americano no total das exportações brasileiras, que caiu de 24.4% em 1990 para 19.5% em 1996. De fato, ao longo dos últimos anos houve uma perda da competitividade dos produtos brasileiros no mercado norte-americano.¹ Em meados dos anos 80 o Brasil chegou a responder por 2.3% das importações totais dos EUA, mas foi decrescendo e chegando a 1.3% em 1994². Vale ressaltar que a composição da pauta de exportações brasileiras para os EUA tem se caracterizado pela significativa concentração de produtos com um reduzido dinamismo. Essa baixa taxa de crescimento da demanda por exportações de produtos brasileiros decorre da baixa elasticidade-renda desses produtos e das restrições comerciais impostas pelo governo norte-americano. Entretanto, o mercado dos Estados Unidos continua como o mais importante mercado externo para os produtos brasileiros.

Há, ainda, uma outra característica importante do comércio bilateral Brasil-Estados Unidos que tem sido determinante para a formação da Alca. Trata-se, aqui, da mudança de um superávit comercial importante a favor do Brasil ao longo de mais de uma década para um igualmente significativo superávit a favor dos EUA a partir de 1995. Para ilustrar, em 1985 o Brasil teve um superávit de US\$ 5.6 bilhões no seu comércio com os Estados Unidos, enquanto em 1995 e 1996 o Brasil teve déficits de US\$ 3.1 bilhões e US\$ 2.5 bilhões, respectivamente. Desde o final dos anos 80 há uma redução gradativa do superávit brasileiro, que se transforma num significativo déficit, pela primeira vez em 1995. Essa reversão da balança comercial não é específica ao comércio bilateral Brasil-EUA. No caso da balança comercial bilateral Brasil-União Européia há uma reversão do superávit de US\$ 5.3 bilhões em 1990 para um déficit de US\$ 1.3 bilhões em 1996.

A partir de 1995, depois de mais de uma década registrando elevados superávites, o Brasil passou a ter déficits significativos na balança comercial. Como principais fatores explicativos dessa reversão deve-se ressaltar a política cambial do governo brasileiro a partir de julho de 1994 -- com o programa de estabilização macroeconômica assentado, em grande medida, numa significativa apreciação cambial --, assim como o processo de liberalização comercial dos últimos anos. Esse tema nos leva à análise das importações brasileiras.

Os dados da TABELA 2 mostram que a Europa respondeu por cerca de um-terço das importações do Brasil em 1996, a América do Norte por um-quinto, e a América do Sul por aproximadamente um-quarto. O aumento extraordinário das importações brasileiras a partir de 1994 veio acompanhado de mudanças significativas em termos de país de origem. Entretanto, a característica mais marcante é a perda da importância relativa das importações provenientes dos países da OPEP a favor do aumento da participação dos Estados Unidos, União Européia e do Mercosul. Parte significativa dessa mudança desde 1990 deve-se à queda da importação de petróleo do Oriente Médio e o aumento do fornecimento pela Argentina. Em 1996 a Argentina se transformou no mais importante fornecedor de petróleo para o Brasil, quando em 1990 as importações brasileiras desse produto da Argentina eram praticamente nulas. A Argentina aumentou sua participação nas importações totais do Brasil de 6.8% em 1990 (ano anterior à criação do Mercosul) para 11.0% em 1995 (quando se iniciou o esquema de união aduaneira) e 12.7% em 1996.

¹ Ver, FUNCEX, "O comércio bilateral Brasil-Estados Unidos e a política comercial norte-americana", *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Nº 47, abril-junho 1996, p. 13-24.

² *Ibid*, Tabela 2.1.6, p. 15.

A União Européia aumentou sua participação relativa nas importações brasileiras de 20.5% em 1990 para 26.4% em 1996, enquanto a participação dos Estados Unidos aumentou de 21.3% para 22.2% nesse mesmo período. No que se refere aos Estados Unidos deve-se notar que apesar do mercado brasileiro responder por uma pequena parcela do comércio exterior dos EUA, houve um crescimento não-desprezível. Assim, em 1990 o Brasil absorveu 1.0% das exportações norte-americanas e em 1994 essa participação foi de 1.6%³. Em 1995 a participação do Brasil nas exportações dos EUA aumentou para 2%, sendo a economia brasileira o 14º mais importante mercado externo para os produtos norte-americanos.⁴ Ainda em 1995, a taxa de crescimento das exportações norte-americanas para o Brasil foi de 41%, taxa essa que só foi menor do que a de outros quatro países. E mais, o incremento das exportações dos EUA para o Brasil em 1995, comparativamente a 1994, foi de US\$ 3.1 bilhões, somente inferior aos incrementos registrados nas exportações dos EUA para o Canadá, Japão e República da Coréia.⁵

Nesse sentido, houve um importante fenômeno de expansão extraordinária da demanda por importações brasileiras, principalmente, a partir de 1994, pelas razões mencionadas acima. Esse fenômeno tem como um indicador simples a elasticidade-renda das importações, isto é, a relação entre o crescimento da renda e o crescimento das importações. Os dados da TABELA 3 mostram que a elasticidade-renda do Brasil e da Argentina -- que fizeram programas de estabilização macroeconômica ancorados em liberalização comercial e apreciação cambial -- foram um múltiplo das elasticidades-renda observadas internacionalmente. No período 1990-96 a elasticidade-renda do Brasil foi de 6.1, superior à média da América Latina e cerca de três vezes a média mundial. Comparando com o conjunto dos países em desenvolvimento, a elasticidade-renda do Brasil é quase quatro vezes a elasticidade média desses países. Não é por outra razão que, apesar da pequena importância relativa do mercado brasileiro e de outros países da América do Sul (também com elevadas elasticidades-renda da demanda por importações), a União Européia assinou acordos de cooperação e os Estados Unidos tem intenções de acelerar a formação de uma área de livre comércio abrangendo a América Latina em geral, e o Brasil em particular.

O comércio internacional tem uma dimensão claramente produtiva quando se considera que parte substantiva dos fluxos comerciais são intra-firma, isto é, entre matrizes e subsidiárias de empresas transnacionais. Nesse sentido, não se deve separar a questão do comércio da do investimento internacional, principalmente, no caso de países como o Brasil que têm economias com elevado grau de internacionalização da produção. Os dados da TABELA 4 mostram que, no que se refere ao investimento externo direto, o Brasil é um "receptor global". Os Estados Unidos e a União Européia respondem, cada um, por cerca de um-terço do estoque de investimento no país. Os paraísos fiscais respondem por cerca de um-sexto do investimento, enquanto a Argentina participa em somente 0.2% do estoque de investimento externo direto no Brasil. Ainda que haja um certo predomínio europeu, os Estados Unidos é, de longe, o mais importante país com investimentos no Brasil -- 32.9% do estoque.

No que se refere ao investimento externo do Brasil, os dados da TABELA 5 mostram que Cayman -- um dos mais destacados paraísos fiscais -- recebeu quase dois-terços do investimento brasileiro no exterior. Não obstante, os dados mostram também o predomínio dos Estados Unidos, que responde por 28.6% do estoque de investimento externo do Brasil no exterior no final de 1995.

Assim, os dados de investimento externo, tanto de empresas transnacionais no Brasil, quanto de empresas brasileiras no exterior, mostram a significativa participação dos Estados Unidos. Ainda que o Brasil seja um comerciante global e um receptor global, há uma situação de predominância dos Estados Unidos nas relações econômicas internacionais do Brasil.

³ *Ibid.*, p. 15.

⁴ USTR, *Report on Foreign Trade Barriers*. 1996, Washington DC, United States Trade Representative, 1996, Apêndice.

⁵ *Ibid.*

1. 2. ANTECEDENTES E MOTIVAÇÕES

O antecedente da Alca é a chamada "Iniciativa para as Américas", lançada por George Bush em junho de 1990, e cujo objetivo principal era a formação de uma área de livre comércio abrangendo a América do Norte e a América do Sul. Naturalmente, além do objetivo de se criar melhores condições de acesso a mercados, a Iniciativa tinha como meta a constituição de um foro de negociação dos conflitos nas áreas de comércio de bens e serviços, investimento e propriedade intelectual entre os Estados Unidos e os outros países do hemisfério ocidental. Ademais, em junho de 1991 os países do Mercosul assinaram um acordo específico com os EUA (conhecido como "Acordo 4 + 1") com o objetivo de facilitar as negociações comerciais e, inclusive, foram criados conselhos consultivos sobre comércio e investimento. Entretanto, conforme vários analistas já tinham previsto, e por várias razões, ambas as iniciativas não foram adiante e não geraram compromissos importantes entre os países envolvidos⁶.

Em dezembro de 1994, o governo Clinton organizou uma reunião com os chefes de Estado dos 34 países do Hemisfério Ocidental, excluindo Cuba, apesar de diversas manifestações em contrário por parte de países latino-americanos, inclusive, do Grupo do Rio, composto por chefes de estado de países da América do Sul. A proposta dos EUA de criação de uma área de livre comércio foi aceita pelos outros países do hemisfério. Passado mais de dois anos, diversos grupos de trabalho foram constituídos para tratar dos temas de um futuro acordo. Os temas são, na realidade, aqueles introduzidos pelos EUA e por outros países desenvolvidos na Rodada Uruguai do GATT, com destaque para, acesso a mercado, procedimentos alfandegários, regras de origem, normas técnicas, medidas sanitárias, subsídios, medidas antidumping, direitos compensatórios, compras governamentais, direito de propriedade intelectual, investimento externo, serviços e política de concorrência.

Na ótica dos países em desenvolvimento do hemisfério ocidental, a principal motivação para a formação da Alca é a eliminação das restrições comerciais norte-americanas (principalmente, as barreiras não-tarifárias) e ter tratamento preferencial de acesso ao enorme mercado dos EUA, assim como beneficiar-se de eventuais fluxos de investimento externo de empresas norte-americanas. As motivações atuais do governo Clinton referem-se à expansão das oportunidades de exportação e negócios, além, naturalmente, da consolidação da influência dos EUA no continente. De fato, o hemisfério ocidental absorve cerca de 40% das exportações norte-americanas e se constitui no principal mercado externo para os EUA⁷.

Outrossim, o governo norte-americano tem estado preocupado com o aumento extremamente significativo das exportações da China para a América Latina, assim como com o acordo firmado recentemente entre o a União Européia e diversos países latino-americanos, inclusive, com o Mercosul⁸. Para o governo dos EUA a Alca pode também propiciar um mecanismo adequado para resolução de conflitos com os países da região. Por fim, a extraordinária expansão das importações dos países latino-americanos nos últimos anos tem sido, provavelmente, a mais importante motivação para a formação de uma área de comércio preferencial na região. Esses fatos sugerem que, caso os países da América Latina entrem novamente numa trajetória de desestabilização macroeconômica caracterizada por crises cambiais ou por déficits comerciais insustentáveis, é provável que a Alca tenha o mesmo destino da Iniciativa Bush, isto é, em vez de um tema candente acabe se transformando num tema cadente.

⁶ Reinaldo Gonçalves, "Latin America's trade issues and perspectives: A skeptical view", *The Fletcher Forum of World Affairs*, Volume 16, Number 1, Winter 1992, p. 1-13.

⁷ USTR, *1996 Trade Policy Agenda and 1995 Annual Report of the President of the United States on the Trade Agreements Program*, Washington DC, United States Trade Representative, 1996, p. 113.

⁸ O acordo de cooperação entre a União Européia e o Mercosul foi assinado em dezembro de 1995.

2. MERCOSUL

Os acordos de complementação econômica entre os países integrantes do Mercosul, por um lado, e Chile e Bolívia, por outro, assinados em junho de 1996, abrem uma nova etapa no processo recente de integração regional no Cone Sul da América Latina. O marco inicial desse processo foi o Programa de Integração Econômica Argentina - Brasil (PICAB) de 1986, que foi aprofundado e ampliado numa segunda fase com o Tratado de Assunção em 26 de março de 1991 que criou o Mercosul e passou a ter como signatários, além do Brasil e da Argentina, o Uruguai e o Paraguai, e que previa a criação de uma zona de livre comércio em 1º de janeiro de 1995. Entretanto, a reunião de Ouro Preto de dezembro de 1994 traçou os novos objetivos do Mercosul.

2.1. SITUAÇÃO ATUAL E NOVOS OBJETIVOS

O projeto de integração definido no Tratado de Assunção foi considerado muito ambicioso por muitos analistas, particularmente o *timing* e o alcance dos temas a serem negociados num período de quatro anos. O objetivo central era a criação de uma zona de livre comércio em 1º de janeiro de 1995, que ao mesmo tempo levaria a uma união aduaneira na medida em que houvesse uma convergência das alíquotas para uma tarifa externa comum (TEC) ao longo dos anos. A integração econômica contemplada em 1991 envolveria não só a liberalização comercial de bens e serviços, como também a livre circulação de fatores de produção, a harmonização dos marcos jurídicos e institucionais, e a coordenação e políticas macroeconômicas e setoriais.

O mecanismo de desgravação progressiva e automática -- isto é, escalas de margens crescentes de preferências tarifárias que chegariam a 100% em 1º de janeiro de 1995 e, portanto, à zona de livre comércio -- significava, na realidade, um cronograma rígido de liberalização comercial no Mercosul. No que se refere a esse cronograma pode-se dizer que ele foi cumprido parcialmente tendo em vista as ampliações de prazos para tarifas intraregionais nulas e para a uniformização de tarifas para países de fora do Mercosul.

Na reunião de dezembro de 1994 em Ouro Preto foram definidas listas de adequação que incluem produtos cujas tarifas para o comércio intraregional serão maiores do que zero. Ademais, foram negociadas listas de exceção que incluem produtos com tarifas diferentes daquelas definidas na TEC, assim como um regime específico para o setor automobilístico⁹. As listas de adequação serão eliminadas em 1999, enquanto as listas de exceção durarão até 2006. Para ilustrar, a lista de exceções do Brasil apresentada em dezembro de 1994 tinha 175 produtos, enquanto a lista de adequação tinha 29 produtos¹⁰. Deve-se notar, também, que o regime de lista de exceção no Mercosul é "móvel" e, de fato, ao longo dos últimos meses a lista brasileira foi ampliada como resultado da deterioração da balança comercial do país.

No que concerne aos temas mais complexos para os quais foram constituídos subgrupos de trabalho, ainda que tenha havido avanços importantes no intercâmbio de informações e nas discussões, não houve acordo ou compromisso significativo em vários temas relevantes para o processo de integração¹¹. Não houve acordo em temas como coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, assim como uniformização de marcos jurídicos e institucionais, que ficaram como pendências.

⁹ Há um comitê técnico específico para o setor têxtil.

¹⁰ As listas nacionais de exceção da Argentina, Uruguai e Paraguai incluíam 232, 212 e 210 produtos, respectivamente, enquanto as listas de adequação apresentavam 221, 950 e 427 produtos, respectivamente. A TEC, nos termos da Nomenclatura Comum do Mercosul, tem 9000 itens tarifários.

¹¹ Não houve acordo, por exemplo, na área agrícola (subsídios), legislação trabalhista, política salarial, barreiras não-tarifárias, política tributária, práticas desleais de comércio e políticas de defesa da concorrência.

De fato, a redefinição dos objetivos do Mercosul, nos termos do Programa de Ação do Mercosul até o Ano 2000, definido na reunião do Conselho do Mercado Comum em Punta del Este em dezembro de 1995¹², significou, na prática, o abandono de temas complexos como coordenação de políticas macroeconômicas, estrutura institucional supranacional e uniformização de políticas setoriais.

Na medida em que se tornou difícil o aprofundamento do processo de integração, os governos optaram por uma trajetória alternativa marcada pelo pragmatismo. Nesse sentido, o objetivo central do Mercosul, definido no Protocolo de Ouro Preto, é o da consolidação da união aduaneira num período de 10 anos (1995-2005). Ao mesmo tempo, os países signatários fizeram a opção pelo processo de ampliação do Mercosul através de acordos de complementação econômica ou acordos de preferências tarifárias baseados no mecanismo de desgravação tarifária programada e progressiva. Em junho de 1996 foram assinados acordos de complementação econômica com Chile e Bolívia prevendo a criação de zonas de livre comércio em 2004 e 2006, respectivamente. Deve-se notar, ainda, que o pragmatismo também orientou a assinatura desses acordos, que incluem exceções importantes, principalmente, no setor agrícola, que deverão perdurar por 18 anos em alguns casos importantes.

Assim, pode-se argumentar que o projeto de integração através do Mercosul sofreu uma flexibilização "positiva" na medida em que incorporou uma dose significativa de pragmatismo. Essa maior flexibilização do processo tem ocorrido com a elevação de tarifas, listas móveis de exceção, ampliação das listas de exceção, e aceitação de barreiras não-tarifárias (e.g., quotas para veículos). Regimes especiais para determinados setores, como, por exemplo, automóveis, têxtil e brinquedos, é o resultado dessa nova reorientação dada ao processo de integração.

A flexibilização do Mercosul e a redefinição dos objetivos responderam a uma realidade regional determinada, em grande medida, pela instabilidade macroeconômica dos países signatários e pela dinâmica de reestruturação produtiva própria ao processo de integração. Nesse sentido, a eclosão da crise do México de dezembro de 1994, na semana seguinte à assinatura do Protocolo de Ouro Preto, e as suas implicações, principalmente, ao longo do primeiro semestre de 1995, foram determinantes da flexibilização do Mercosul na medida em que houve uma deterioração significativa das contas externas dos países signatários do Mercosul.

Outrossim, tem havido problemas de ajuste setorial, sendo, talvez, mais notável o caso do triticultura brasileira que tem sido afetada dramaticamente pelas importações provenientes da Argentina. No que se refere à agricultura brasileira, tem havido impacto importante também nos casos do arroz, milho, carne, legumes e frutas. O setor de lácteos também tem sido afetado de forma significativa. Entretanto, deve-se ressaltar que esses impactos são pontuais na medida em que variam de produto para produto e de região para região. Na realidade, esses impactos parecem ser muito mais o resultado da crescente exposição da agricultura brasileira à concorrência externa, devido à liberalização generalizada, do que um efeito específico do Mercosul, ainda que a liberalização regional tenha agravado os efeitos da concorrência externa em determinados produtos e regiões¹³.

Vale ainda destacar que críticas feitas à nova trajetória do Mercosul tendem a negligenciar a influência positiva dessa nova moldura de flexibilização. Aqui, pode-se ilustrar com a própria decisão dos governos de não se criar um esquema supranacional. Esse esquema, defendido por empresários, acadêmicos, analistas e parcela da burocracia envolvida no processo de integração regional, foi visto pelos governos como um elemento que reduziria a flexibilidade do processo na medida em que os países perderiam grau de liberdade com posições e compromisso rígidos. Essa decisão parece-nos bastante correta no momento, visto que reflete a nova visão pragmática e de flexibilização "positiva". A inexistência de um esquema supranacional dá maior grau de liberdade, por exemplo, para repor produtos na lista de exceção, ao mesmo tempo em que evita os obstáculos derivados de dificuldades de se

¹² *Boletim de Integração Latino-Americana*, Nº 17, maio-dezembro, 1995, p. 26-33.

¹³ A agricultura do Rio Grande do Sul está sendo particularmente afetada pela concorrência de produtos argentinos.

encontrar uma posição comum, por exemplo, com relação a estratégias de desenvolvimento e inserção internacional para os países signatários.

Por outro lado, o pragmatismo e a flexibilização levaram à inclusão no Mercosul de temas vinculados à questão social e trabalhista. Nesse sentido, foi criado através do protocolo de Ouro Preto, o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) com a participação de organizações da sociedade civil representativas de trabalhadores e empresários¹⁴. O FCES é um organismo consultivo do Mercosul e, por conseguinte, tem um poder reduzido no que se refere ao processo de tomada de decisão e deve funcionar como um mecanismo de encaminhamento de propostas. Temas centrais para o Mercosul derivam, por exemplo, do aumento da regionalização do mercado de trabalho que gera problemas específicos¹⁵.

Ademais, há temas comuns a nível regional que poderiam ser tratados conjuntamente como, por exemplo, o desemprego, a formação de recursos humanos, os salários, direitos trabalhistas e condições de trabalho. Entretanto, a própria clivagem de interesses envolvendo trabalhadores e empresários em cada país, assim como eventuais divergências políticas e institucionais entre países indicam que dificilmente o FCES terá um funcionamento efetivo em termos de decisões no contexto do Mercosul¹⁶. De fato, deve continuar a centralização da tomada de decisões a nível dos governos, com consultas e, principalmente, respondendo a interesses empresariais específicos.

2. 2. EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS NO MERCOSUL

A constituição do Mercosul implicou numa expansão significativa dos fluxos comerciais regionais e num processo importante de reestruturação produtiva a nível regional. No que se refere aos fluxos de comércio, o Mercosul representa atualmente cerca de 15% das exportações e das importações brasileiras. Em 1995 comércio do Brasil (exportações mais importações) com Argentina, Paraguai e Uruguai foi de US\$ 15.5 bilhões, sendo que a corrente total de comércio do país foi de US\$ 101 bilhões (TABELAS 1 e 2). De fato, depois da União Européia e dos EUA, o Mercosul é a principal origem das nossas importações, superando, inclusive, a Ásia.

Nos últimos anos houve um aumento significativo da importância do comércio intraregional envolvendo os países signatários do Mercosul como resultado, evidentemente, do processo de integração. No caso do Brasil, por exemplo, o intercâmbio comercial com os países do Mercosul aumentou de cerca de 5% do comércio externo total do país em meados dos anos 80 para mais de 10% das exportações brasileiras (a partir de 1992) e das importações (a partir de 1989). De fato, entre 1990 e 1996 a corrente de comércio entre o Brasil, por um lado, e Argentina, Paraguai e Uruguai, por outro, quadruplicou, passando de US\$ 3.3 bilhões para US\$ 15.5 bilhões.

No caso do Brasil, dificilmente pode-se argumentar que tem havido um impacto significativo, em termos agregados, dos efeitos de desvio e criação de comércio derivados do Mercosul. O incremento de 10 pontos de percentagem do peso específico do Mercosul representa cerca de 1% do PIB brasileiro. Contudo, deve-se ressaltar, uma vez mais, que o impacto do Mercosul é, fundamentalmente, específico a produtos e regiões.

Ademais, o Mercosul tem funcionado como um mecanismo auxiliar do processo de reestruturação produtiva em vários segmentos, principalmente, aqueles onde atuam empresas transnacionais, com

¹⁴ O FCES no Brasil foi constituído em março de 1996. A seção Brasil do FCES é integrado pela Central Única dos Trabalhadores, Confederação Geral dos Trabalhadores, Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional dos Transportes, Força Sindical e Instituto Brasileiro de Defesa dos Consumidores.

¹⁵ Rafael Freire Neto, "É preciso enfrentar o déficit social", *Mercosul. Desafios da Conjuntura e a Participação da Sociedade na Integração. Relatório Final*, Florianópolis, Central Única dos Trabalhadores, novembro de 1995, p. 15-21.

¹⁶ Para uma avaliação mais otimista, ver Maria Sílvia Portella de Castro, "Mercosul: Estágio atual e perspectivas", *Tempo de Presença*, Ano 17, Nº 284, novembro - dezembro 1995, p. 36.

subsidiárias nos países da região e que se beneficiam de economias de escala. Nesse sentido, cabe mencionar o setor automobilístico, cujo comércio intra-industrial e intra-firma expandiu-se significativamente nos últimos anos. Assim, as importações brasileiras de veículos, automóveis, partes e peças provenientes da Argentina aumentaram de US\$ 221 milhões em 1992 para US\$ 1017 milhões em 1995. Por outro lado, as exportações brasileiras de veículos, automóveis, partes e peças para a Argentina reduziram-se de US\$ 881 milhões em 1992 para US\$ 771 milhões em 1995¹⁷.

No que se refere ao processo de reestruturação produtiva intra-regional, consta que pelo menos 150 grandes empresas brasileiras tenham decidido fazer investimentos importantes na Argentina nos últimos anos. Vários casos têm sido divulgados, como, por exemplo, Brahma, Arisco, Renner, Hering, Odebrecht e Itaú¹⁸. No que se refere aos investimentos de empresas argentinas no Brasil, os dados disponíveis não parecem mostrar nenhum incremento particularmente expressivo nos últimos anos. De fato, o que se observa entre 1986 (ano do PICAB) e 1995 é que estoque de capital argentino com relação ao estoque total de capital estrangeiro no Brasil reduziu-se de 1.24% em 1986 (ano do PICAB) para 0.99% em 1995¹⁹. Os investimentos argentinos estão concentrados em produtos alimentares (beneficiamento, torrefação e moagem), têxtil e bancos.²⁰

O intercâmbio comercial do Brasil com a Argentina expandiu-se significativamente nos últimos anos. A Argentina é, depois dos EUA, o mais importante parceiro comercial do Brasil, tanto no que se refere às exportações como às importações. As exportações brasileiras para a Argentina são predominantemente de produtos manufaturados (aproximadamente 90%), principalmente, bens de capital e insumos industriais²¹; enquanto que cerca de dois-terços das importações brasileiras provenientes da Argentina são de produtos primários e manufaturados da agropecuária. Esse padrão de comércio bilateral reflete, entre outros fatores, a vantagem comparativa do Brasil baseada num parque industrial muito maior e mais complexo do que o argentino. Ainda que tenha havido a perda de importância relativa do setor de material de transporte e o aumento dos produtos das indústrias químicas, não parece ter ocorrido uma reconfiguração particularmente marcante da estrutura de exportações do Brasil para a Argentina, nos últimos quatro anos (isto é, pós-Tratado de Assunção). No caso das importações brasileiras provenientes da Argentina observa-se exatamente o contrário, isto é, um aumento da importância relativa do setor de material de transporte e uma queda relativa dos produtos químicos.²² Ademais, apesar do aumento substantivo de trigo da Argentina, os produtos de origem vegetal tiveram uma queda de importância de relativa entre 1992 e 1995. Entretanto, a mudança mais significativa na estrutura de importações brasileiras da Argentina refere-se a combustíveis minerais, cuja participação no valor total importado desse país aumentou de 6.4% em 1992 para 14.5% em 1995. O valor importado de combustíveis da Argentina foi de US\$ 810 milhões em 1995 e a previsão é que esse valor tenha ultrapassado US\$ 1 bilhão em 1996.

¹⁷ Ver, SECEX/MICT, *Intercâmbio Comercial, Brasil x Mercosul*, diversos números.

¹⁸ EXAME, 21 de dezembro de 1994, p. 18-25.

¹⁹ Esses dados referem-se ao investimento externo direto total com base em paridades históricas atualizadas pelo índice de preços ao consumidor dos EUA. Para as paridades históricas, sem correção, a participação do estoque de investimentos argentinos no total dos investimentos externos diretos no Brasil reduziu-se de 0.90% em 1986 para 1.58% em 1995; enquanto para o mesmo período dos dados para paridades da data-base foram de 0.83% e 0.63% respectivamente. Ver, BACEN, *Boletim do Banco Central do Brasil*, Separata, Abril de 1996, p. 89-105. Os dados referem-se à distribuição por país da holding em dezembro de 1986 e junho de 1995.

²⁰ Ver, SECEX/MICT, *op. cit.*

²¹ Material de transporte, máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos, produtos das indústrias químicas e produtos metalúrgicas representam mais de 70% das exportações brasileiras.

²² Ver SECEX/MICT, *op. cit.*

As mudanças recentes e a situação atual Mercosul refletem realidades nacionais, regionais e internacionais, fundamentalmente, de ordem econômica, que têm sido determinantes da trajetória do processo de integração no Cone Sul da América Latina. Nesse sentido, não há no Mercosul um imperativo político e ideológico que impulsiona o processo, contrariamente, por exemplo, ao que acontece na Europa ou, até mesmo, na América do Norte. Por conseguinte, a evolução do Mercosul, após a fase de objetivos ambiciosos (1991-94), passou a ser determinada pelo pragmatismo e pela flexibilização do processo.

De fato, não há outra alternativa para o Mercosul tendo em vista a inexistência ou enorme dificuldade de se chegar a denominadores comuns a nível regional envolvendo países com enorme heterogeneidade, desequilíbrios econômicos e sociais, e vulnerabilidade. Independentemente da instabilidade macroeconômica (inflação e contas externas), que continua como uma ameaça permanente, explícita ou implícita, na região, não resta dúvida que há uma série de outros importantes fatores que determinam as perspectivas do Mercosul e obrigam os governos a manterem uma trajetória menos ambiciosa, porém mais factível, para o processo de integração regional.

Dentre esses fatores cabe destacar a ausência de um projeto de desenvolvimento comum e de uma visão comum de inserção internacional, que, entre outros aspectos, é uma condição importante para uma presença regional ativa na arena internacional. A harmonização de normas, regras, práticas, procedimentos e políticas, ainda que seja um processo de longo prazo, constitui-se num obstáculo extraordinário no Mercosul tendo em vista a própria ausência de institucionalidade nos países da região. A supranacionalidade, com a criação de esquemas que envolvem rigidez para governos que enfrentam enormes riscos, incertezas e instabilidades estruturais e conjunturais, não atende aos interesses nacionais e regionais e, por conseguinte, não deverá avançar no futuro próximo. Ainda que haja um engajamento evidente dos países no projeto do Mercosul, os recursos disponíveis para operar o processo, inclusive, os recursos humanos, são muito limitados²³. Ademais, um processo de integração regional profundo e amplo exige uma participação social igualmente ampla e profunda. No caso do Mercosul essa participação esbarra não somente numa tradição secular de centralização, como também na dificuldade de conciliar interesses de grupos e classes a nível nacional num quadro marcado pela pobreza, falta de recursos e conflitos diversos.

Na realidade, houve uma opção pela ampliação do processo de integração regional, marcada pelo pragmatismo na definição dos objetivos e do *timing*, que envolveu os acordos de complementação econômica dos países do Mercosul com Bolívia e Chile. O objetivo de consolidação da união aduaneira num período de 10 anos e a opção pela flexibilização operacional do Mercosul deverão definir a trajetória futura da integração regional. Essas perspectivas continuarão, todavia, marcadas por problemas graves (e.g., a triticicultura brasileira) e por oportunidades (e.g., as importações de petróleo e gás natural da Argentina).

3. DIFERENTES VISÕES

Há diferentes visões com relação à criação da Alca e ao avanço do Mercosul (consolidação, aprofundamento e ampliação). Correndo o risco da simplificação exagerada e ressaltando que não é incomum encontrar autoridades governamentais de um mesmo país expressando visões que não parecem

²³ No caso do Brasil, certamente o país com maior capacitação de recursos humanos na região, o único órgão público com funcionários dedicados exclusivamente ao Mercosul é o Ministério das Relações Exteriores, onde o Departamento de Integração Latino-Americana, com sua Divisão do Mercado Comum do Sul, que conta com cerca de dez funcionários. Parte expressiva desses funcionários são jovens diplomatas com experiência limitada na área, assim como outros que no esquema de rotatividade do MRE, não se especializam no tema. No Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, no Ministério da Fazenda, e nos outros ministérios, assim como os outros órgãos públicos envolvidos no Mercosul, dificilmente encontram-se funcionários que tratam exclusivamente do Mercosul.

idênticas, vale classificar essas posições em seis grupos, a saber, Livre-cambistas, Pan-americanistas, Minilateralistas, Ocasionalistas, Geopolíticos, Globalistas e os Bilateralistas.

Os Livre-cambistas acham que a Alca é muito bem vindo e sua aceleração serve ao propósito de maior abertura das economias internas e de maiores oportunidades no mercado externo, convergentes com um processo de globalização marcado por maior abertura e integração econômica regional. Nesse sentido, todo acordo de integração econômica regional, inclusive, o Mercosul, é visto como um passo intermediário para o livre comércio no plano multilateral.

Os Pan-americanistas são, naturalmente, favoráveis ao avanço do Mercosul. No que se refere ao Alca eles argumentam que, independentemente dos benefícios de bem-estar associados a Alca, não há outra alternativa que não seja o alinhamento automático ou qualificado às políticas e estratégias de Washington. Assim, mesmo após o fim da Guerra Fria, a formação de blocos regionais num mundo multipolar não deixaria a qualquer país latino-americano outra escolha que não seja uma integração crescente com os outros países da América Sul e do Norte, sob a hegemonia norte-americana. Nesse grupo pode-se incluir também aqueles que acreditam que um acordo como a Alca daria um maior poder de barganha aos países latino-americanos, atuando em conjunto, frente aos interesses de Washington.²⁴

Os Minilateralistas têm uma visão qualificada com relação a Alca e apresentam um "viés latino", claramente favorável ao fortalecimento do Mercosul. Eles argumentam que o mais interessante é promover a aceleração de acordos subregionais ou bilaterais na América Latina. Nesse sentido, um acordo com os EUA poderia ter efeitos negativos sobre produção, emprego, balanço de pagamentos, e grau de liberdade na política econômica. No que se refere à América Latina, argumenta-se, por exemplo, que os acordos subregionais atuais permitem um progresso gradual e significativo da liberalização comercial, sem maiores riscos que estariam associados com a integração em escala continental envolvendo uma potência econômica como os EUA. Ademais, a consolidação de acordos regionais ou subregionais, como o Mercosul, permitiriam uma posição de maior competitividade e maior poder de barganha frente aos EUA no futuro, quando do processo de formação de uma área de livre comércio nas Américas.

Os Ocasionalistas manifestam-se com certo ceticismo com relação a Alca com base no argumento de que, no momento, os efeitos líquidos de um acordo seriam negativos.²⁵ Eles não são contrários nem à abertura nem à integração regional e, sim, consideram que no momento atual as condições internas seriam inoportunas. As circunstâncias desfavoráveis seriam, assim, determinantes de uma atitude contrária não a Alca, mas sim à aceleração de um processo de criação de uma área de livre comércio nas Américas no momento. Dentre essas circunstâncias caberia destacar a fragilidade de setores já expostos à concorrência internacional como resultado da liberalização unilateral recente, a ausência de recursos humanos e financeiros necessários para um novo "front" de negociações, e as incertezas quanto ao impacto sobre o balanço de pagamentos de um passo adicional no processo de liberalização comercial. Nesse sentido, o Mercosul é visto de forma favorável, como um instrumento auxiliar de fortalecimento das economias do Cone Sul.

Os Geopolíticos argumentam que deve-se ter uma visão mais ampla acerca das relações internacionais que ultrapasse o escopo limitado dos fluxos comerciais ou mesmo do investimento internacional. Os Geopolíticos acreditam que, na ótica dos Estados Unidos, a Alca vai ser um instrumento adicional de consolidação da influência dos EUA no continente americano. No caso do Brasil, os Geopolíticos manifestam-se contrariamente a Alca com base na idéia central de que o país teria um papel importante a desempenhar no cenário internacional e que, portanto, a participação num acordo multilateral sobre a evidente hegemonia dos Estados Unidos significaria uma perda de projeção internacional e de aumento da já elevada vulnerabilidade externa do Brasil. Essa vulnerabilidade se manifestaria nos planos

²⁴ Na era da globalização parece ter havido um casamento heterodoxo entre "monroistas" e "bolivarianos"!

²⁵ O termo Ocasionalista refere-se aqueles que vêem a oportunidade para a realização de qualquer coisa segundo o momento, a circunstancia, a ocasião, e não aos partidários de uma doutrina filosófica -- Ocasionalismo -- dos séculos XVII-XVIII.

comercial, produtivo, financeiro, tecnológico e, conseqüentemente, geopolítico. A preocupação com questão da soberania nacional é um corolário evidente da percepção geopolítica a respeito da Alca. Nesse sentido, os Geopolíticos manifestam-se também desfavoravelmente com relação ao Mercosul porque vêem a Argentina como um concorrente no plano internacional, além da histórica disputa de hegemonia na América do Sul. Além disso, a participação num esquema de integração regional com maior grau de aprofundamento com a Argentina reduziria ainda mais o grau de liberdade das políticas nacionais, tendo em vista, inclusive, as fragilidades da economia e das atuais lideranças políticas da Argentina, assim como a estratégia de inserção internacional passiva desse país.

Os Globalistas são contrários à criação da Alca e ao avanço do Mercosul e argumentam que um país como o Brasil, que é "comerciante global", não deveria dar tratamento preferencial aos Estados Unidos em detrimento, por exemplo, da Europa.²⁶ Outros argumentam que a integração deveria ser feita na direção do mercado asiático, que tem se mostrado o mais dinâmico no passado recente. Segundo essa visão os ganhos de comércio de um acordo como a Alca seriam inferiores aos custos derivados do desvio de comércio, com a substituição da importação de produtos mais baratos da Europa ou da Ásia por produtos norte-americanos mais caros.

Por fim, há uma outra visão acerca da Alca, denominada de Bilateralista, que é desfavorável tanto à Alca como ao Mercosul. A idéia central é que a orientação de política externa de um país como o Brasil não precisa estar centrada na participação em esquemas continentais, regionais ou subregionais, com tratamento preferencial para os países-membros. Esse argumento aplica-se, igualmente, ao Mercosul e à Alca. A participação em esquemas subregionais, onde o país tem alguma hegemonia, acabam reduzindo o grau de liberdade do país, enquanto os acordos regionais ou multilaterais acabam sendo usados como instrumentos de política externa pelos países hegemônicos, contrariamente aos nossos interesses. Esse é o caso da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, provavelmente, será o caso da Alca.²⁷

4. CONCLUSÕES

Os Livre-cambistas e os Pan-americanistas manifestam-se favoravelmente à formação da Alca, e os Minilateralistas e os Ocasionalistas são ambivalentes nas suas posições, enquanto os Globalistas, Geopolíticos e Bilateralistas são contrários à formação da Alca (ver QUADRO 1). No que se refere ao Mercosul, os Livre-cambistas, Pan-americanistas, Minilateralistas e Ocasionalistas são favoráveis ao avanço do processo (consolidação, ampliação e aprofundamento), enquanto os Globalistas, Geopolíticos e Bilateralistas são contrários. Além disso, as visões acima não são totalmente excludentes. Por exemplo, alguns Minilateralistas podem se considerar como Livre-cambistas, enquanto alguns Globalistas podem também se ver como Geopolíticos. Os Ocasionalistas podem argumentar que sua posição refere-se ao curto ou médio prazo e que, portanto, no médio prazo podem ser enquadrados como Minilateralistas e no longo prazo como Livre-cambistas. Além disso, dificilmente essas visões a respeito da Alca se manifestam na sua forma "pura". De um modo geral, as visões acima são apresentadas com qualificações diversas e temperadas por interesses específicos.

Essa dificuldade de enquadramento das posições numa ou noutra classificação pode ser estendida à posição de países-chave nas negociações da Alca. Nos trabalhos preparativos para a reunião de maio dos chefes de Estado as informações disponíveis indicam que os Estados Unidos está querendo acelerar o

²⁶ Deve-se notar que há uma nítida diferença no padrão de comércio bilateral Brasil-EUA e Brasil-União Européia. De fato, o primeiro é menos intensivo em recursos naturais do que o segundo. Entretanto, em ambos os mercados (EUA e UE) há significativas restrições comerciais sobre os produtos brasileiros. Ver, Ricardo Markwald, "Análise dos fluxos de comércio Mercosul-União Européia", *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Nº 50, janeiro-março 1997, p. 32-37.

²⁷ No caso do GATT e da OMC, ver Reinaldo Gonçalves e Luis Carlos Prado, "GATT, OMC e a Economia Política do Sistema Mundial de Comércio", *Contexto Internacional*, Volume 18, Nº 1, janeiro-junho 1996, p. 45-64.

processo de formação da Alca e, portanto, parece adotar uma posição próxima a dos Livre-cambistas, que enfatizam as oportunidades de negócios e ganhos de bem-estar associados à liberalização. Na realidade, as motivações norte-americanas poderiam também ser vistas na ótica dos Geopolíticos, que além das questões comerciais, dão prioridade a temas vinculados à projeção e poder internacional.

No caso do Brasil, há também uma certa dificuldade tendo em vista que autoridades do governo brasileiro têm reagido contra a iniciativa de aceleração da formação da Alca com base no argumento de que, no momento, vários segmentos sensíveis da economia brasileira (e.g., automobilística) não resistiriam à uma maior concorrência internacional decorrente da formação de uma área de livre comércio nas Américas. Nesse sentido, a posição do governo brasileiro assemelha-se à dos Ocasionalistas.

Entretanto, há também uma argumentação na direção dos Globalistas, baseada na distribuição regional do comércio exterior do Brasil, que ressalta o fato de que o país é um "comerciante global", tendo em vista a seguinte distribuição do comércio exterior: América do Norte = 25%; América Latina = 20%; Europa = 30%. Outrossim, há também manifestações centradas numa crítica à desconexão que existe entre o discurso e a prática de política comercial dos EUA, o sócio majoritário da Alca. O argumento se baseia, por exemplo, no fato de que um-quarto das exportações brasileiras para os EUA enfrentam barreiras não-tarifárias, o que gera uma posição de suspeição frente a Washington.²⁸ O corolário dessa argumentação é uma posição na direção dos Minilateralistas, visto que no plano subregional o Brasil teria maior poder de barganha como, por exemplo, em esquemas como o Mercosul.

No caso do Brasil, a questão central é a de acesso a mercado (negociação das barreiras comerciais para bens). Assim, caberia ao país dar uma reorientação na sua política econômica externa no sentido de fazer acordos bilaterais com base no princípio da reciprocidade e da negociação *tit-for-tat* (concessões bilaterais na margem), limitado a um conjunto específico de produtos e com uma limitação de tempo. O instrumento apropriado são os Acordos Bilaterais de Cooperação e as condições necessárias são a disponibilidade de recursos (principalmente, humanos) e a vontade política. A seletividade e a temporalidade de acordos bilaterais dariam muito mais liberdade e agilidade ao país, inclusive, no que se refere à implementação de políticas domésticas. Isto é, a prioridade da política externa brasileira não deveria ser nem o Mercosul nem a Alca. Caberia, portanto, uma reorientação da política econômica externa no sentido de acordos bilaterais que escapam das armadilhas e dos mitos associados à globalização, livre comércio e integração continental.²⁹

A reorientação da política externa brasileira deve ser feita no sentido de se dar maior prioridade à agenda bilateral em detrimento de negociações multilaterais e de negociações para formação ou fortalecimento de esquemas continentais, regionais ou subregionais de integração.

Na hierarquização dos países para o desenvolvimento do enfoque da agenda bilateral, naturalmente, países como Estados Unidos e Argentina terão, no momento e no futuro próximo, uma posição de destaque. Entretanto, no longo prazo, a hierarquização deve se alterar como resultado das transformações na economia e na política no Brasil, assim como nas suas relações internacionais. Isso significa, inclusive, considerar um cenário de longo prazo para 2005 onde uma área de livre comércio com os Estados Unidos ou um mercado comum com a Argentina não resistam a uma análise de custo-benefício na ótica brasileira. Esquemas plurilaterais -- continentais, regionais ou subregionais -- acabam restringindo o grau de liberdade e de flexibilidade necessários para a política econômica interna e para uma política externa independente no contexto de uma inserção internacional ativa.

²⁸ Ver dados em FUNCEX, *op. cit.*, p. 20.

²⁹ Ver, Reinaldo Gonçalves, *Ô Abre-alas: A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Ed. Relume-Dumará, 1994.

TABELA 1

EXPORTAÇÕES DO BRASIL: 1990 E 1996

(por país de destino, valores FOB US\$ milhões, participação em percentagem)

	1990		1996	
	Valor	%	Valor	%
ALADI	2792	8.9	10928	22.9
Estados Unidos	7675	24.4	9312	19.5
Canadá	522	1.7	506	1.1
União Européia	9852	31.4	12836	26.9
AELC	622	2.0	503	1.1
Europa Oriental	704	2.2	1056	2.2
Japão	2350	7.5	3047	6.4
Outros	6897	21.9	9559	20.0
Total	31414	100.0	47747	100.0
<i>Memorando</i>				
Mercosul	1313	4.2	7305	15.3
Argentina	639	2.1	5170	10.8

Fonte: Banco Central do Brasil.

Notas:

AELC = Associação Européia de Livre Comércio.

ALADI = Associação Latino-americana de Integração.

OPEP = Organização dos Países Exportadores de Petróleo, inclui Venezuela para todo o período e Equador para os anos 1990-91.

Estados Unidos inclui Porto Rico.

TABELA 2

IMPORTAÇÕES DO BRASIL: 1990 E 1996

(por país de origem, valores FOB US\$ milhões, participação em percentagem)

	1990		1996	
	Valor	%	Valor	%
ALADI	3197	15.5	11569	21.7
Estados Unidos	4412	21.3	11829	22.2
Canadá	406	2.0	1257	2.4
União Européia	4232	20.5	14088	26.4
AELC	955	4.6	1026	1.9
Europa Oriental	359	1.7	977	1.8
Japão	1247	6.0	2756	5.2
Outros	1422	6.9	9784	18.4
Total	20661	100.0	53286	100.0
<i>Memorando</i>				
Mercosul	2327	11.2	8258	15.5
Argentina	1412	6.8	6775	12.7

Fonte: Banco Central do Brasil.

Notas:

AELC = Associação Européia de Livre Comércio.

ALADI = Associação Latino-americana de Integração.

OPEP = Organização dos Países Exportadores de Petróleo, inclui Venezuela para todo o período e Equador para os anos 1990-91.

Estados Unidos inclui Porto Rico.

TABELA 3

CRESCIMENTO DA RENDA E DAS IMPORTAÇÕES, 1990-96
(taxa de crescimento médio anual, em percentagem)

	PIB (real) A	Importação (volume) B	B/A
Mundo	2.8	6.0	2.1
Países desenvolvidos	1.9	4.8	2.5
Estados Unidos	1.9	6.5	3.4
União Européia	1.7	4.0	2.4
Japão	2.2	5.4	2.5
Países em desenvolvimento	5.8	9.5	1.6
África	2.3	2.8	1.2
Ásia	8.0	11.5	1.4
Oriente Médio e Europa	3.9	3.8	1.0
Hemisfério Ocidental	2.7	10.9	4.0
<i>Memorando</i>			
América Latina	3.1	13.3	4.3
Argentina	4.7	32.0	6.8
Brasil	2.7	16.6	6.1

Fonte: IMF, *World Economic Outlook*, Washington DC, International Monetary Fund, October 1996, Tabelas A.1, A.22, A.24 e A.25; CEPAL, *Balance Preliminar de la Economía de América Latina y el Caribe, 1996*, Santiago, Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1996, Tabelas A.1 e A.10.

Notas: Os dados referem-se às importações de bens e serviços (não-fatores) no período 1990-96, com exceção dos dados para América Latina, Argentina e Brasil que se referem às importações de bens no período 1991-96.

TABELA 4

INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NO BRASIL, 1994

(por país de origem, valores FOB US\$ milhões do estoque registrado em 31/12/94,
participação em percentagem)

	Valor	%
ALADI	291	0.5
Demais países da América	6683	11.8
Estados Unidos	18589	32.9
Canadá	2210	3.9
União Européia	19000	33.6
AELC	4017	7.1
Demais países da Europa	551	1.0
Japão	4161	7.4
Outros	1047	1.9
Total	56549	100.0
<i>Memorando</i>		
Mercosul	228	0.4
Argentina	97	0.2

Fonte: Banco Central do Brasil.

Notas:

AELC = Associação Européia de Livre Comércio.

ALADI = Associação Latino-americana de Integração.

Demais países da América inclui, principalmente, Cayman, Bahamas, Panamá, Antilhas Holandesas e Bermudas.

TABELA 5

INVESTIMENTO EXTERNO DO BRASIL, 1995

(por país de destino, valores FOB US\$ milhões do estoque registrado em junho de 1995, participação em percentagem)

	Valor	%
Cayman	1628	38.8
Estados Unidos	1199	28.6
Portugal	255	6.1
Argentina	242	5.8
Reino Unido	165	3.9
Bahamas	87	2.1
Outros	620	14.8
Total	4197	100.0

Fonte: *Trade Policy Review. Brazil. Report by the Secretariat*, Geneva, World Trade Organization, WT/TPR/S/21, October 1996, Tabela I.13, p. 17.

QUADRO 1

ALCA E MERCOSUL: VISÕES

Visão	ALCA	MERCOSUL
Livre-cambista	+	+
Pan-americanista	+	+
Minilateralista	±	+
Ocasionalista	±	+
Geopolítico	-	-
Globalista	-	-
Bilateralista	-	-

Notas:

- + Favorável
- Desfavorável
- ± Ambivalente



Instituto de Economia da UFRJ

Campus da UFRJ da Praia Vermelha.
Av. Pasteur 250. Prédio de Economia
Tel.: (21) 3938-5255 | (21) 99451-3890
<http://www.ecex.ie.ufrj.br> | ecex@ie.ufrj.br